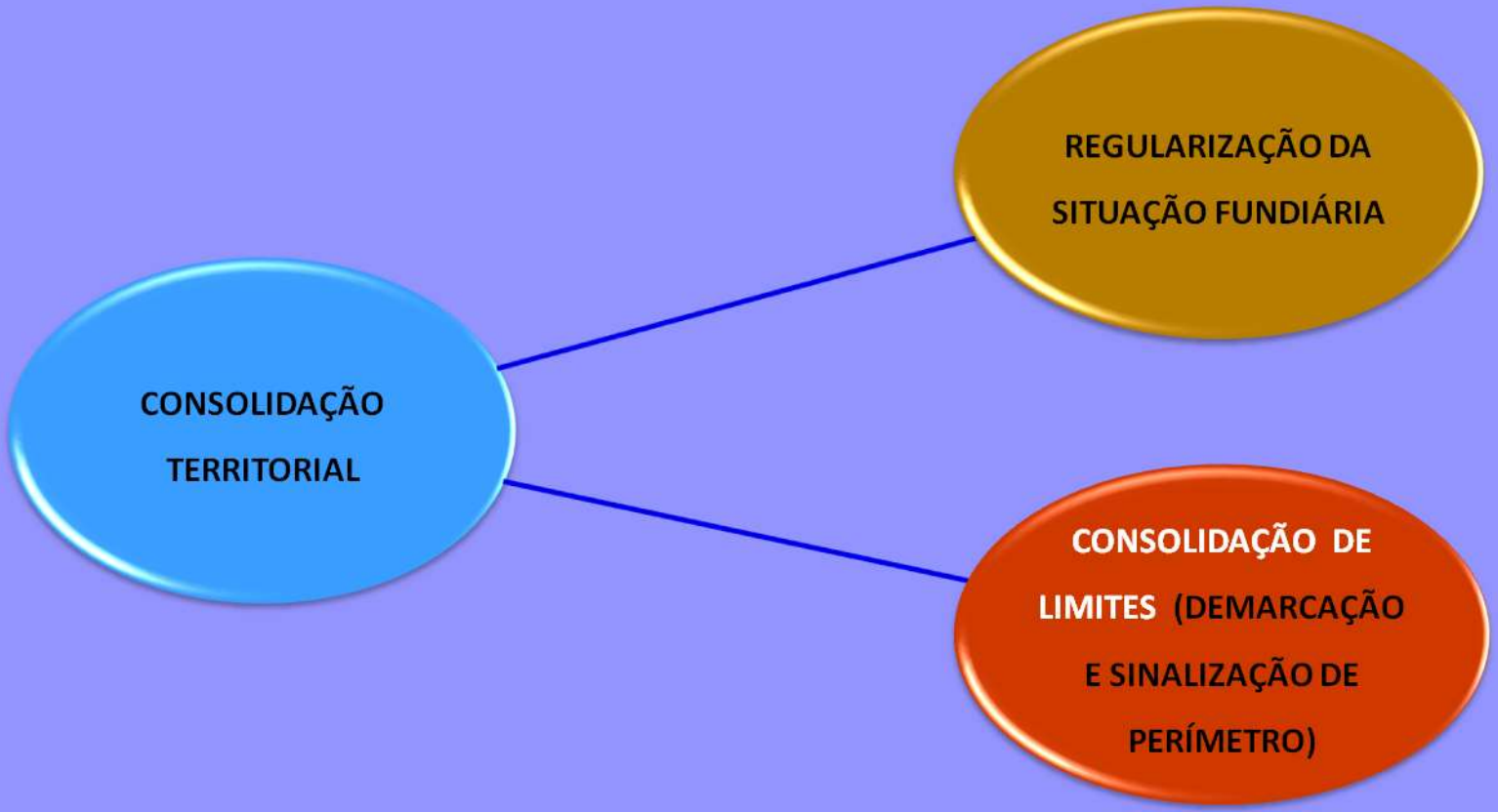
Consolidação Territorial de Unidades de Conservação Federais no Cerrado

Eliani Maciel Lima
Coordenadora Geral de Consolidação Territorial
Brasília – Setembro de 2011

CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL

Conjunto de ações voltadas para efetivação das condições necessárias à gestão fundiárias e territorial em consonância com objetivos básicos e específicos de cada Unidade de Conservação.



CONTEXTUALIZAÇÃO

As 310 unidades de conservação federais do Brasil abrangem a um território de aproximadamente 75 milhões de hectares.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS		
Proteção Integral		
Tipo de UC	**Nº**	**Área (ha)**
Esec (Estação Ecológica)	31	6.919.683,80
MN (Monumento Natural)	3	44.285,66
Parna (Parque Nacional)	67	25.200.604,60
Rebio (Reserva Biológica)	29	3.868.916,48
Revis (Refúgio de Vida SIvestre)	7	201.881,02
Sub Total	**137**	**36.235.371,55**
Uso Sustentável		
APA (Área de Proteção Ambiental	32	10.018.603,25
Arie (Área de Relevante Interesse Ecológico)	16	44.828,47
Flona (Floresta Nacional)	65	16.340.485,35
RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável)	1	64.441,29
Resex (Reserva Extrativista)	59	12.312.572,01
Sub Total	**173**	**38.780.930,36**
Total geral	**310**	**75.016.301,91**

DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS NOS BIOMAS BRASILEIROS

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS POR BIOMA			
Biomas	**Nº de UC**	**Área de UC por Bioma (ha)**	**% de Bioma Ocupado por UC**
AMAZÔNIA	105	58.251.938,32	13,9
CAATINGA	25	4.191.680,35	5,1
CERRADO	41	5.060.722,60	2,5
MATA ATLÂNTICA	73	2.944.006,35	2,7
PAMPA	2	319.782,68	1,8
COSTEIRO	62	4.101.010,26	1,2
PANTANAL	2	147.161,35	1
Total geral	**310**	**75.016.301,91**	

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS NO CERRADO

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO BIOMA CERRADO			
Nº	Nome da UC	Grupo	Área (ha)
1	APA do Carste de Lagoa Santa	US	39.152,92
2	APA do Planalto Central	US	498.630,09
3	APA Nascentes do Rio Vermelho	US	176.322,22
4	APA da Bacia do Rio Descoberto	US	41.064,23
5	APA da Bacia do Rio São Bartolomeu	US	82.679,88
6	APA da Serra de Tabatinga	US	35.185,10
7	APA do Morro da Pedreira	US	131.769,37
8	APA dos Meandros do Rio Araguaia	US	359.190,11
9	Arie Matão de Cosmópolis	US	229,44
10	Arie Capetinga/Taquara	US	2.057,20
11	Arie Mata de Santa Genebra	US	241,55
12	Esec de Iquê	PI	224.018,47
13	Esec de Pirapitinga	PI	1.384,49
14	Esec de Uruçuí Una	PI	137.282,66
15	Esec Serra das Araras	PI	29.637,44
16	Esec Serra Geral do Tocantins	PI	707.078,75
17	Flona da Mata Grande	US	2.010,05
18	Flona de Brasília	US	9.336,14
19	Flona de Paraopeba	US	203,29
20	Flona Capão Bonito	US	4.773,83
21	Flona de Cristópolis	US	12.790,54
22	Flona de Silvania	US	486,37
23	Parna da Chapada das Mesas	PI	159.951,62
24	Parna do Araguaia	PI	555.517,83
25	Parna Grande Sertão Veredas	PI	230.853,42
26	Parna da Chapada dos Guimaraes	PI	32.769,55
27	Parna da Chapada dos Veadeiros	PI	64.795,37
28	Parna da Serra da Bodoquena	PI	77.021,58
29	Parna da Serra da Canastra	PI	197.809,78
30	Parna da Serra do Cipó	PI	31.639,18
31	Parna das Emas	PI	132.642,07
32	Parna das Nascentes do Rio Parnaíba	PI	724.324,61
33	Parna das Sempre-Vivas	PI	124.154,47
34	Parna de Brasília	PI	40.396,98
35	Rebio da Contagem	PI	3.425,99
36	Resex Chapada Limpa	US	11.973,05
37	Resex de Recanto das Araras de Terra Ronca	US	11.968,04
38	Resex Extremo Norte do Estado do Tocantins	US	9.070,48
39	Resex Lago do Cedro	US	17.403,97
40	Resex Mata Grande	US	11.431,50
41	Revis das Veredas do Oeste Baiano	PI	128.048,99
Total			**5.060.722,60**

REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

A criação da Unidade de Conservação não caracteriza a transferência de domínio. Isso exige a identificação e transferência de domínio ou posse dos imóveis contidos no interior do perímetro decretado de cada UC para o ICMBio.

Regulamentada pela IN/ICMBio nº02/2009

Lançada a Cartilha de Regularização Fundiária de Unidades de Conservação Federais

No site do ICMBio no Menu - Comunicação – Publicações

http://www.icmbio.gov.br/images/stories/comunicacao/cartilha_de_regularizacao_fundiaria.pdf

CONTEXTUALIZAÇÃO

As Unidades de Conservação do tipo APA, ARIE, RDS, RVS e Monumento Natural, que atingem cerca de 10,3 milhões de hectares podem permanecer no domínio privado, mas dependendo do tipo de restrição de uso da terra que o poder público venha a impor aos proprietários, resultará na necessidade de desapropriação de imóveis aí inseridos

CONTEXTUALIZAÇÃO

Algumas categorias de UCs exigem que o domínio das terras seja público, este grupo compreende 251 UCs e abrangem 64,6 milhões de hectares

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DE DOMÍNIO PÚBLICO		
TIPO DE UNIDADE	**Nº**	**ÁREA (ha)**
ESTAÇÃO ECOLÓGICA	31	6.919.684
FLORESTA NACIONAL	65	16.340.485
PARQUE NACIONAL	67	25.200.604,61
RESERVA BIOLÓGICA	29	3.868.917
RESERVA EXTRATIVISTA	59	12.312.572
TOTAL	**251**	**64.642.262**

A situação fundiária destas unidades apresenta grande complexidade quanto ao domínio, ocupação e gestão das terras.

ORIGEM DOS RECURSOS FUNDIÁRIOS

- Terras da União
- Terras costeiras marinhas, ilhas e várzeas
- Terras destinadas pelo INCRA
- Terras públicas estaduais
- Terras privadas
- Terras adquiridas pelo IBAMA e ICMBio.

POPULAÇÃO RESIDENTE EM UCs

Nas UCs de Uso Sustentável habitam um grande numero de Populações Tradicionais que necessitam regularizar a situação territorial para garantir acesso as políticas publicas (**Contrato de concessão de direito real de uso)**

Em inúmeras UCs de Proteção Integral residem populações tradicionais cuja situação social se torna ainda mais vulnerável em decorrência das limitações quanto ao uso dos recursos e permanecia desses grupos no território.

POPULAÇÃO RESIDENTE EM UCs

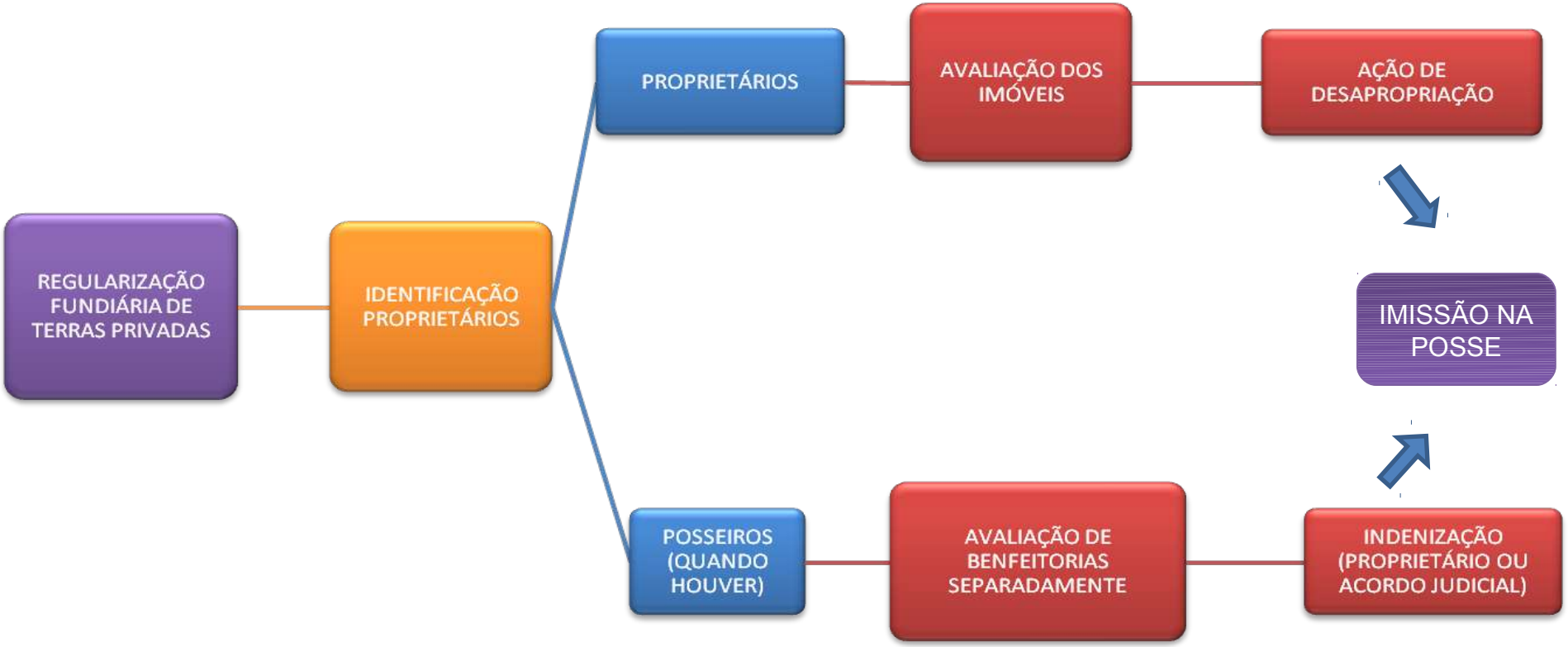
- A maioria das UCs têm algum tipo de problema com população residente.
- As terras em geral, não foram desapropriadas.
- Os proprietários mantém-se na posse com uso da não compatíveis com a conservação, especialmente para **UCs** de proteção integral.
- Quanto maior a presença humana (uso dos recursos) ou menor a proteção de uma área, menor é a diversidade biológica.
- Nem o manejo sustentável mais sofisticado de excluem o impacto humana

Fonte: http://noticias.ambientebrasil.com.br/noticia/?id=19088

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DE DOMÍNIO PÚBLICO DO BIOMA CERRADO

Nº	Nome da Unidade de Conservação	UF	Área (ha)	Terras Federais (ha)	Terras Estaduais (ha)	Terras Supostamente Sob Domínio Privado (ha)
1	Esec de Iquê	MT	224.018	224.018	-	-
2	Esec de Pirapitinga	MG	1.384	1.384	-	-
3	Esec de Uruçuí Una	PI	137.283	137.283	-	-
4	Esec Serra das Araras	MT	29.637	29.637	-	-
5	Esec Serra Geral do Tocantins	BA/TO	707.079	212.124	-	494.955
6	Flona Capão Bonito	SP	4.774	4.774	-	-
7	Flona da Mata Grande	GO	2.010	2.010	-	-
8	Flona de Brasília	GO/DF	9.336	-	9.336	
9	Flona de Cristópolis	BA	12.791	-	-	12.791
10	Flona de Paraopeba	MG	203	203	-	-
11	Flona de Silvania	GO	486	486	-	-
12	Parna da Chapada das Mesas	MA	159.952	-	-	159.952
13	Parna da Chapada dos Guimarães	MT	32.770	11.797	-	20.973
14	Parna da Chapada dos Veadeiros	GO	64.795	64.795	-	-
15	Parna da Serra da Bodoquena	MS	77.022	13.479	-	63.543
16	Parna da Serra da Canastra	MG	197.810	71.212	-	126.598
17	Parna da Serra do Cipó	MG	31.639	31.639	-	-
18	Parna das Emas	MS/GO	132.642	132.642	-	-
19	Parna Nascentes do Rio Parnaíba	MA/PI/BA	724.325	-	-	724.325
20	Parna das Sempre-Vivas	MG	124.154	-	-	124.154
21	Parna de Brasília	DF	40.397	-	40.397	-
22	Parna do Araguaia	TO	555.518	555.518	-	-
23	Parna Grande Sertão Veredas	BA/MG	230.853	18.468	-	212.385
24	Rebio da Contagem	DF	3.426	3.426	-	-
25	Resex Extremo Norte do Estado do	TO	9.070	-	-	9.070
26	Resex Mata Grande	MA	11.432	-	-	11.432
27	Resex Chapada Limpa	MA	11.973	-	-	11.973
28	Resex de Recanto das Araras de Terra	GO	11.968	-	-	11.968
29	Resex Lago do Cedro	GO	17.404	-	-	17.404
Total			3.566.152	1.514.896	49.733	2.001.522

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRAS PÚBLICAS
IDENTIFICAÇÃO DE DETENTORES
POSSEIROS DE BOA FÉ
AVALIAÇÃO E INDENIZAÇÃO DE BENFEITORIAS
OCUPANTES IRREGULARES
PROMOVER AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
IMISSÃO NA POSSE


REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRAS PRIVADAS
IDENTIFICAÇÃO PROPRIETÁRIOS
PROPRIETÁRIOS
AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS
AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO
IMISSÃO NA POSSE
POSSEIROS (QUANDO HOUVER)
AVALIAÇÃO DE BENFEITORIAS SEPARADAMENTE
INDENIZAÇÃO (PROPRIETÁRIO OU ACORDO JUDICIAL)

ETAPAS DO PROCESSO DE OBTENÇÃO DE TERRAS E BENFEITORIAS

1 . Diagnóstico Fundiário (identificar todas propriedades e posses existentes na Unidade)

2.**Instrução do processo** (um único imóvel (pode ter várias matrículas) e será instaurado em nome do ocupante ou do titular do domínio)

3.Análises técnica e jurídica

4.Avaliação

5.Pagamento administrativo (preferencialmente) ou proposição de ação judicial

FLUXO DO PROCESSO DE OBTENÇÃO DE TERRAS

CHEFIAS DAS UNIDADES	1 - Identificação do proprietário ou posseiro
CHEFIAS DAS UCs ou CR	2 – Formalização de Processo
	3 – Análise das peças técnica apresentadas
	4 - Levantamento cartorial
PFE NOS ESTADOS	5 – Análise da dominialidade
PRESIDÊNCIA OU CHEFIA Ucs	6 - Notificação ao interessado sobre a data da
CHEFIAS DAS UCs, CR OU CGFUN	7 - Avaliação do imóvel
	8 - Notificação ao interessado do resultado da
	9- Análise de recursos apresentados pelo proprietários
	10 - Encaminhamento do processos para Presidência
PRESIDENTE	11- Decisão em última instância sobre recursos
PFE NOS ESTADOS	12- Análise final sobre a regularidade do processo
PRESIDENTE	13 - Realização de acordo administrativo
	14 - Autorização pagamento de valores indenizatórios
PFE	15 - Solicitação do depósito judicial da indenização
	16 - Proposição e condução da ação judicial
ADMINISTRAÇÃO	17 – Depósito de valores indenizatórios
JUSTIÇA FEDERAL NOS ESTADOS	17 – Concede a imissão na posse do imóvel ao ICMBio
PRESIDENTE OU AUTORIDADE DELEGADA	19 - Registro de imóvel

FONTES DE RECURSOS

- Orçamento Geral da União

- Desoneração de Reserva Legal – não exige recursos (em normatização para ordenar e ampliar a aplicação)

- Compensação ambiental – aplicação vinculada a UCs específicas

DESONERAÇÃO DE RESERVA LEGAL

Consiste na compra de áreas particulares inseridas em UC de domínio público, que ainda não foram desapropriadas, por proprietários de terras para doação ao órgão ambiental competente objetivando sua desoneração da recomposição da reserva legal de sua propriedade.

A Regularização fundiária via **Desoneração de Reserva Legal** permite que resolva-se grandes problemas que afetam a implementação eficaz das **Unidades** de **Conservação:**

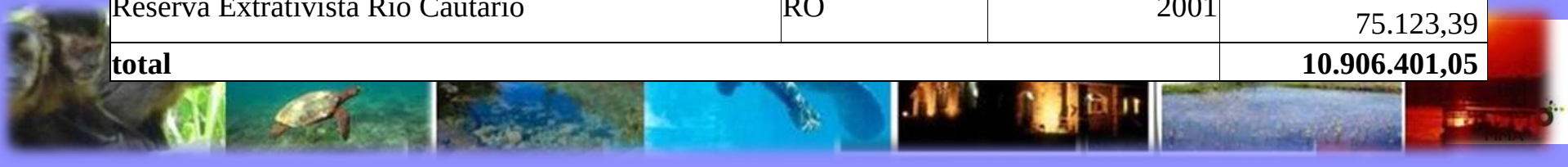
- A escassez de recursos do poder público - regularização fundiária com recursos privados.
- Carência de servidores para avaliação dos imóveis
- Dispensa ações judiciais de desapropriação

DESONERAÇÃO DE RL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS

- Entre 2001 e 2006 o Incra destinou cerca de 10 milhões de hectares de terras para criação de UC para fins de desoneração de reserva legal de Projetos de Assentamentos – dentre elas foi criada a Flona de Mata Grande
- O Incra obtém o imóvel no interior da Unidade
- Transfere as áreas ao ICMBio por Concessão de Direito Real de Uso
- A CDRU possui cláusula autorizativa para que o INCRA proceda a DESONERAÇÃO junto ao OEMA
- Em execução da desapropriação pelo Incra de um imóvel que representa cerca de 85% da Resex Lago do Cedro

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CRIADAS PARA FIM DE DESONERAÇÃO DE RESERVA LEGAL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS

Nome da Unidade	UF	Data de Criação	Área (ha)
Estação Ecológica Mico-Leão-Preto	SP	2002	6.680,64
Floresta Nacional de Pau-Rosa	AM	2001	991.682,52
Floresta Nacional da Mata Grande	GO	2003	12.923,56
Floresta Nacional do Jatuarana	AM	2002	573.376,05
Floresta Nacional de São Francisco	AC	2001	21.148,18
Floresta Nacional de Santa Rosa do Purus	AC	2001	231.550,07
Parque Nacional Campos Amazônicos	AM, MT e RO	2006	879.669,82
Parque Nacional de Juruena	AM e MT	2006	1.957.000,00
Floresta Nacional de Mulata	PA	2001	216.354,70
Parque Nacional da Serra da Cutia	RO	2001	283.502,62
Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	AP	2002	3.865.145,15
Reserva Biológica de Uatumã	AM	2002	938.536,62
Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema*	AC	2002	747.514,16
Reserva Extrativista Barreiro das Antas	RO	2001	106.193,56
Reserva Extrativista Rio Cautário	RO	2001	75.123,39
total			**10.906.401,05**



AÇÕES DE DESONERAÇÃO DE RESERVA LEG AL NOS ESTADOS

MG – Termo de parceria com o IEF firmado ação em execução no Parnas Serra da Canastra.
Previsão de ampliação para o Parna Sempre Vivas, Grande Sertão Veredas E Serra Do Cipó

MT - Termo de parceria firmado com a SEMA, mas há dificuldades para realização da certificação dos imóveis.

BA- No evento sobre regularização fundiária promovido pela OEMA será discutida adoção desta ação. Isso beneficiará principalmente aos Parnas Nascentes do Parnaíba, Grande Sertão Veredas e Esec Serra Geral do Tocantins

MS – proposta em estudo junto ao Imasul para aplicar no Parna da Serra da Bodoquena

Ainda não iniciamos as tratativas com o MA e TO.

CONSOLIDAÇÃO DE LIMITES DAS UCs

- Diagnóstico Preliminar do perímetro
- Identificação de sobreposições
- Readequação dos memoriais descritivos
- Demarcação Topográfica e Sinalização de Perímetro -

  Resex do Extremo Norte do Tocantins e Chapada Limpa

  (2011/2012)

Obrigada!

eliani.maciel@icmbio.gov.br